

Por Martha E. Corazza

Se o ano passado foi um dos mais difíceis para a gestão de recursos, 2017 não será menos complicado em termos de volatilidade mas os especialistas em investimentos apontam algumas possibilidades relevantes para sustentar a busca de rentabilidade acima das metas, objetivo que os fundos de pensão conseguiram atingir em 2016.

“O ano que passou foi marcado por um ambiente de muitas mudanças no âmbito político, muita volatilidade no câmbio e nas curvas de juros, podendo ser considerado um dos cenários mais difíceis e desafiadores para a gestão de recursos”, observa o especialista em investimentos da Mongeral Aegon Investimentos, Luiz Fernando Cruz.

Baixa correlação - A queda do juro real, já perceptível no mercado futuro, deverá levar os fundos de pensão brasileiros a uma mudança estrutural no que diz respeito aos investimentos e aproximá-los do que acontece nos Estados Unidos, com a valorização crescente de ativos reais, avalia o diretor de Investimentos da Hancock Asset Management no Brasil, Cleidson Rangel. Especializada em ativos florestais, a gestora viu um salto dessa classe de ativos em 2016, por conta do ajuste do câmbio. E também pela percepção dos investidores institucionais brasileiros de que o segmento têm baixa correlação com a inflação e o resto da economia. O que faz dele uma opção importante de diversificação com horizonte de longo prazo.

“O segmento florestal acaba sendo uma proteção importante a longo prazo, tanto é que os fundos florestais foram os únicos a manter captação ativa dentro do segmento de Fundos de Investimento em Participações- FIPs”, explica Rangel.

Diversificação - Nas estratégias das EPPCs para 2017, acredita Luiz Fernando Cruz, os investimentos no exterior voltarão a ocupar maior espaço. Depois de terem sofrido em 2016 por conta da volatilidade do dólar, esses ativos serão mais demandados por várias razões, segundo aponta o especialista: Há perspectiva de aumento dos juros nos Estados Unidos e o fortalecimento da sua economia, a expectativa de um melhor desempenho da Bolsa americana, um crescimento moderado na economia mundial, e a necessidade de diversificar o risco em renda variável entre as bolsas do Brasil e do mundo. “Os investimentos no exterior serão um importante instrumento de diversificação no portfólio dos fundos de pensão brasileiros em 2017 e alguns deles, inclusive, já iniciaram este movimento”.

Ele vê também oportunidades em crédito de empresas de alta qualidade e na gestão de fundos multimercado enquadrados na Resolução 3.792, mandato que permite uma gestão mais ativa na parcela de renda fixa das carteiras. O aumento do apetite ao risco, entretanto, irá depender muito dos acontecimentos políticos, observa Cruz, e da aprovação das medidas de contenção de despesas e o ajuste das contas do governo. “Com a queda nas taxas de juros, naturalmente os agentes terão que se submeter a maiores riscos, na busca por melhores rentabilidades mas, até que haja uma clara percepção de melhora no ambiente político-econômico e enquanto as taxas de juros reais permanecerem atrativas, acreditamos que os ativos de renda fixa, principalmente aqueles com características mais conservadoras, continuarão tendo participação bastante relevante na composição dos portfólios”.

Governança e regulação - No caminho da diversificação, as entidades passam a contar com um roteiro fundamental, acredita o especialista, que é o novo “Código de Autorregulação em Governança de Investimentos”, lançado no mês de setembro de 2016. “O Código apresenta as diretrizes das chamadas “melhores práticas, com o objetivo de aprimorar a qualidade das aplicações, a redução dos riscos e o desenvolvimento sustentável da previdência complementar no Brasil”.

Outra mudança que deverá ter impactos sobre as políticas de investimento dos fundos de pensão é a revisão da Resolução CMN 3.792, que deverá apresentar um modelo capaz de favorecer as necessidades de alocação de ativos e os aspectos relacionados à governança, com reflexos diretos nas políticas de investimento. As ideias apresentadas até o momento vão no sentido de utilizar premissas de Gestão Baseada em Risco e o aprimoramento dos controles internos. “A nova Resolução precisará tratar todos os tipos de planos, sem comprometer a qualidade da gestão”, pondera Cruz.

Um exemplo é o caso dos títulos de crédito privado em que são considerados, fundamentalmente, os ratings para tomada de decisão. Entretanto, o especialista lembra que outros aspectos precisam ser observados, como os riscos de mercado, de liquidez, regulatório e questões relacionadas à diversificação. Além disso, o mercado espera mudanças na regra que trata da reavaliação dos ativos imobiliários dos planos, que devem refletir as condições reais de mercado.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 09.01.2017.